

ANÁLISE CRÍTICA DA PRESENÇA DE ESTRUTURAS RACISTAS NA UNIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/ CAMPOS DOS GOYTACAZES

Critical Analysis of the Presence of Racist Structures in the University: A Look at the Federal Fluminense University/Campos dos Goytacazes

Thiago Ribeiro de Souza *
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Ana Cláudia de Jesus Barreto**
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência de estudantes negros nas universidades brasileiras. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com estudantes e funcionários da Universidade Federal Fluminense (UFF) / Campos dos Goytacazes. A coleta de dados permitiu uma compreensão das experiências e desafios enfrentados por estudantes negros/as, além de possibilitar a análise das percepções sobre a inclusão de temas raciais nos currículos acadêmicos. Os resultados indicam que a representatividade de autores e temas raciais nos currículos é insuficiente, refletindo uma necessidade de revisão e ampliação dos conteúdos abordados. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, como a implementação de cotas, ainda existem barreiras significativas que dificultam a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes negros/as.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Racial, Educação, Superior, Políticas Antirracistas, Representatividade.

Abstract

The present article aims to analyze the structural barriers that hinder the access and retention of Black students in Brazilian universities. The research was conducted using a qualitative approach, employing semi-structured interviews with students and staff at the Federal Fluminense University (UFF) / Campos dos Goytacazes. Data collection allowed for an understanding of the experiences and challenges faced by Black students, as well as an analysis of perceptions regarding the inclusion of racial topics in academic curricula. The results indicate that the representation of authors and racial topics in the curricula is insufficient, reflecting a need for revision and expansion of the content covered. Despite advances in inclusion policies, such as the implementation of quotas, significant barriers still exist that impede the retention and academic success of Black students.

KEYWORDS: Racial Inclusion, Higher Education, Anti-racist Policies, Representation.

Introdução

O acesso e a permanência de estudantes negros/as nas universidades brasileiras são frequentemente prejudicados por uma série de barreiras estruturais que acentuam as desigualdades no ensino superior. Este artigo tem como objetivo investigar essas dificuldades, com um foco específico na Universidade Federal Fluminense (UFF) – Campos dos Goytacazes, a fim de identificar os desafios enfrentados e propor possíveis soluções.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), mais de 70% das pessoas autodeclaradas pretas ou pardas no Brasil vivem em condições de pobreza ou extrema pobreza. Este dado ressalta a profunda desigualdade econômica enfrentada por essas populações, refletindo-se também no ambiente universitário. Apesar da implementação de políticas de inclusão, como as cotas raciais, que visam mitigar essas disparidades, persistem problemas que demandam atenção contínua. Entre esses problemas, destacam-se a discriminação racial e a insuficiência de suporte financeiro, que comprometem a experiência acadêmica e a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior.

Munanga (2009) analisa que, durante o período colonial, estabeleceu-se uma relação de dominação marcada por extrema violência, onde foram construídas noções de superioridade e inferioridade racial. A invasão e colonização dos territórios foram justificadas pela suposta missão de “civilizar” os povos nativos e explorar as riquezas do “novo mundo”. Esse processo histórico de formação de hierarquias e desigualdades continua a refletir-se nas dinâmicas socioeconômicas e educacionais atuais, perpetuando a marginalização das pessoas negras até os dias de hoje.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com estudantes e funcionários da UFF – Campos dos Goytacazes, para reunir dados sobre suas experiências e desafios. O objetivo é compreender como estruturas racistas historicamente enraizadas impactam a trajetória acadêmica dos estudantes negros/as e avaliar a eficácia das políticas atuais de inclusão e suporte. Assim, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e justo, destacando a necessidade de reformas e práticas que garantam igualdade de oportunidades no ensino superior.

Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão nas Universidades

As desigualdades raciais no Brasil têm origens profundas que remontam ao período colonial, e estão intrinsecamente ligadas ao processo de acumulação primitiva do capital descrito por Karl Marx.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996, p. 340).

No Brasil Colônia, isso se manifestou através da escravidão africana, enquanto modo de produção baseado no trabalho compulsório. Durante o período colonial e imperial, o sistema escravista estabeleceu uma estrutura social marcada por profundas desigualdades raciais. Os africanos escravizados e seus descendentes foram sistematicamente explorados, com seus direitos e dignidade negados em favor do enriquecimento das elites coloniais e, posteriormente, da nascente burguesia brasileira.

A ordem social era considerada expressão dos desígnios da Providência Divina e, portanto, não era questionada. Acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns, ricos, outros, pobres, uns, livres, outros, escravos. De acordo com essa teoria, não cabia aos homens modificar a ordem social. Assim, justificada pela religião e sancionada pela Igreja e pelo Estado — representantes de Deus na terra —, a escravidão não era questionada. A Igreja limitava-se a recomendar paciência aos escravos e benevolência aos senhores. Não é difícil imaginar os efeitos dessas ideias. Elas permitiam às classes dominantes escravizar os negros sem problemas de consciência. (COSTA, 2010, p.13).

A passagem de Costa (2010) ressalta como a ordem social da época colonial era justificada pela religião, sendo considerada uma expressão da vontade divina. Esse pensamento estabelecia uma hierarquia social inquestionável, onde a escravidão era vista como parte do plano divino. A Igreja e o Estado, ao endossar essa visão, permitiram que as classes dominantes mantivessem a exploração dos africanos sem consciência de culpa. Esse contexto contribuiu para a perpetuação das desigualdades raciais, consolidando a aceitação e a continuidade da escravidão.

Com a abolição da escravidão em 1888, a marginalização dos negros não foi prontamente resolvida. O sistema educacional e outras instituições sociais não estavam adequadamente preparados para integrar os ex-escravizados e seus descendentes de maneira equitativa. A falta de acesso adequado à educação e outras oportunidades continuou a perpetuar a desigualdade, pois as instituições educacionais frequentemente falharam em proporcionar condições que permitissem a inclusão plena dos negros na sociedade.

Assim, a herança da acumulação primitiva do capital e a persistência de estruturas sociais discriminatórias resultaram em um sistema educacional que, mesmo após a abolição, manteve barreiras significativas para o acesso e sucesso dos estudantes negros. Essas desigualdades foram reforçadas por um contexto histórico de exclusão e discriminação, refletindo a continuidade das disparidades raciais na sociedade brasileira. A abolição da escravidão não marcou o fim das disparidades raciais no Brasil. Após a libertação, a integração dos negros no sistema educacional enfrentou obstáculos profundos, refletindo uma continuidade de exclusão que moldou o panorama educacional brasileiro.

As instituições de ensino, muitas vezes desprovidas de recursos adequados e estruturadas para um modelo de inclusão real, falharam em atender às necessidades educacionais e sociais dos ex-escravizados e de seus descendentes.

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, por razões de ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o 't' pelo 'd' para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (GONZALEZ, 1988, p. 33)

A citação de Gonzalez (1988) oferece uma perspectiva inovadora sobre a formação histórico-cultural do Brasil, desafiando a visão predominante de uma influência exclusivamente europeia e branca. Ele argumenta que o Brasil é, na verdade, uma "América Africana," refletindo a profunda e duradoura influência africana na sua cultura e identidade. Essa visão crítica a ideia de uma latinidade europeia substituta, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação cultural do país. Isso se relaciona com as dificuldades atuais enfrentadas pelos estudantes negros/as, evidenciando que, apesar dos esforços para promover a inclusão, as instituições educacionais ainda muitas vezes perpetuam as desigualdades estruturais e o legado histórico de marginalização. A mudança na percepção cultural é crucial para superar as disparidades e promover um sistema educacional mais equitativo e representativo.

Claro, sem falar na ideia que a branquitude tem de que é vantajoso ser negro por termos cotas raciais (eu trocaria as cotas facilmente por um histórico em que meus ancestrais fossem lidos como potentes, em que eu nascesse e crescesse cercada de referências positivas por todos os lados, em que eu me formasse subjetivamente tendo a clareza de que posso ser o que eu quiser e ocupar os espaços de poder, em que não tivesse que viver com medo de perder a minha vida e a vida de um familiar. Eu trocaria fácil.) Essas vantagens que as pessoas brancas têm nós nomeamos de privilégio, e absolutamente todas as pessoas brancas são beneficiárias dele, por mais que não sejam signatárias (PINHEIRO, 2023, p. 41 e 42).

A citação de Pinheiro (2023) evidencia a injustiça das percepções que minimizam as dificuldades enfrentadas por pessoas negras, sugerindo que cotas raciais são compensações adequadas em vez de oferecer um histórico cultural positivo e oportunidades iguais desde o nascimento. O privilégio branco, um benefício universalmente concedido, revela uma vantagem sistêmica que muitos não reconhecem. Isso se reflete na marginalização dos estudantes negros nas instituições de ensino, onde a falta de recursos, suporte acadêmico e políticas eficazes perpetua as desigualdades e a discriminação. A ausência de programas que promovam a equidade e a falha em superar barreiras históricas destacam a necessidade urgente de reformas educacionais e sociais para enfrentar essas desigualdades.

Nesse sentido, destaco a importância de intelectualizarmos pessoas negras. Se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da razão, é pelo intelecto que reconquistamos a nossa dimensão humana. Desse modo, apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras é essencial. Para além de citar intelectuais negros e negras, a universidade precisa

principalmente se enegrecer, contratando intelectuais e cientistas pesquisadores/as negros e negras. Onde estamos não só nos tornamos representatividade e fortalecimento para quem chega, mas sobretudo porque pessoas negras com letramento racial, quando ocupam um espaço de poder como o espaço acadêmico, pautam suas próprias agendas. (PINHEIRO, 2023, p. 83 e 84)

Pinheiro (2023) destaca a importância de valorizar e intelectualizar pessoas negras como uma forma de reconquistar a dimensão humana perdida historicamente. Ela argumenta que a presença e contratação de intelectuais negros nas universidades não apenas promove a representatividade, mas também fortalece a capacidade de pautar agendas próprias e promover mudanças significativas. A insuficiência de representatividade nos currículos e a falta de espaços acolhedores nas instituições de ensino intensificam a exclusão dos estudantes negros. Isso evidencia a necessidade urgente de revisar profundamente as políticas educacionais para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e equitativo, superando as desigualdades históricas e promovendo a justiça e a igualdade no sistema educacional.

A estrutura das instituições de ensino superior no Brasil foi historicamente moldada para atender e refletir os interesses e perspectivas de um grupo predominantemente branco. Esse legado é evidente nos currículos, na formação acadêmica e nas práticas institucionais, que frequentemente não reconhecem ou valorizam a diversidade étnico-racial. Os conteúdos curriculares muitas vezes refletem uma visão limitada, que não inclui adequadamente a história, a cultura e as contribuições dos negros, resultando em uma sensação de alienação e exclusão para os estudantes negros.

Você, professor, professora branco/a, não só pode como deve abordar as questões étnico-raciais na sala de aula. Você tem o seu lugar de fala, e é um lugar precioso, considerando que está em uma condição de respeito e admiração diante da estudiantada. Não dá para perder a oportunidade de falar sobre equidade racial por ser branco/a e por isso, por esse lugar de sujeito universal, não se sentir racializado e não se sentir inserido na pauta. (PINHEIRO, 2023, p. 63 e 64)

A citação de Pinheiro (2023) ressalta a responsabilidade dos professores brancos em abordar questões étnico-raciais na sala de aula. Ele enfatiza que, apesar de ser branco, o professor deve usar sua posição de respeito e autoridade para discutir equidade racial, desafiando a ideia de que a falta de identidade racial pessoal impede o engajamento com essas questões. Esta perspectiva se conecta com a observação de que os currículos universitários frequentemente privilegiam visões brancas, criando ambientes acadêmicos que não acolhem ou representam adequadamente os estudantes negros. A ausência de conteúdo e representatividade significativos reforça a sensação de exclusão e perpetua barreiras que dificultam a integração e o sucesso desses estudantes, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e equitativa na educação.

Além das questões curriculares, a discriminação racial, a falta de suporte financeiro adequado e a precariedade das infraestruturas continuam a impactar negativamente a experiência acadêmica dos estudantes negros. Esses fatores não apenas dificultam o acesso inicial, mas também afetam a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos. A falta de apoio institucional para lidar com os desafios específicos enfrentados por esses estudantes evidencia a necessidade de uma abordagem mais abrangente e eficaz.

Para superar essas barreiras e promover uma verdadeira inclusão, é essencial adotar práticas antirracistas que vão além da implementação de políticas de acesso. Isso inclui a revisão crítica dos currículos para garantir que reflitam e valorizem a diversidade étnico-racial, a capacitação contínua de professores e funcionários para lidar com questões de racismo e discriminação, e a criação de programas de suporte acadêmico e financeiro que abordem as necessidades específicas dos estudantes negros.

A transformação do ambiente acadêmico em um espaço verdadeiramente inclusivo requer um compromisso contínuo e abrangente com a equidade. Apenas com uma abordagem integrada e proativa será possível construir universidades que reconheçam e valorizem a diversidade, promovendo um ambiente onde todos os estudantes possam se sentir acolhidos e tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Os impactos das estruturas racistas na Universidade: uma análise na Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes

A pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes teve como objetivo investigar a presença e os impactos das estruturas racistas na instituição. A coleta de dados incluiu entrevistas com três discentes, dois professores e um técnico administrativo, todos com pelo menos um ano de vínculo com a UFF/Campos, a fim de entender como as estruturas raciais afetam a comunidade acadêmica negra.

A pesquisa enfrentou desafios significativos, especialmente a dificuldade em recrutar professores para as entrevistas, refletindo uma resistência geral para discutir questões raciais no ambiente acadêmico. Essa resistência evidencia as barreiras à inclusão de perspectivas negras no currículo e a necessidade de criar espaços para a discussão aberta sobre o racismo.

Os dados foram coletados entre 15 e 31 de julho de 2024, utilizando um questionário e preservando o anonimato dos participantes. As respostas foram categorizadas em duas áreas principais: a visão dos discentes e a dos funcionários da instituição. A análise das entrevistas busca compreender as percepções sobre a representatividade racial, as políticas de igualdade racial e os desafios enfrentados na UFF/Campos, visando promover um

ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. As entrevistas revelam uma perspectiva abrangente sobre a eficácia das políticas de igualdade racial e as áreas que necessitam de melhorias para garantir uma inclusão verdadeira e efetiva.

Para compreender melhor a percepção dos estudantes sobre a inclusão de autores e temas raciais negros nos conteúdos acadêmicos, realizamos uma pesquisa com algumas perguntas específicas. A primeira questão investigou como os alunos avaliam a representatividade desses autores e temas em sua área de estudo. E as respostas deles foram:

Eu sou atualmente do quarto período, mas o primeiro, segundo e terceiro períodos eu senti mais a presença de autores sempre de fora e nunca autores negros (D1).

Eu achei que tiveram bem poucos autores tratando o tema. Então, eu não consigo lembrar de autores porque foi bem pouco falado (D2).

Na área de economia realmente não abordam tanto os autores negros. Teóricos internacionais normalmente são de regiões que não têm muita população negra, como a Europa e a América do Norte (D3).

Para entender a percepção do T1, P1 e P2 sobre a representatividade de autores e temas raciais negros nos currículos acadêmicos da instituição, foi realizada uma pesquisa específica. A pergunta avaliou como esses profissionais enxergam a inclusão desses autores e temas. As respostas deles foram:

Nós, técnicos, não temos ingerência alguma sobre a definição de disciplinas que serão ministradas. Essa autonomia é toda do docente e das coordenações de curso (T1).

Fraco, Pouco e Insuficiente (P1).

Eu penso que essa discussão é mais relevante para os autores pós-coloniais. A abordagem descolonial do racismo é bastante recente, muito recente. Então, ainda vejo isso como algo que está engatinhando (P2).

A análise das respostas revela uma lacuna significativa na representatividade de autores e temas raciais negros nos currículos acadêmicos da UFF/Campos. D1 e D3 apontaram a ausência de autores negros e a predominância de teóricos estrangeiros, enquanto D2 destacou a falta de discussões sobre temas raciais. T1 mencionou que os técnicos não influenciam a definição de disciplinas, e P1 e P2 expressaram insatisfação com a fraca representatividade atual, com a abordagem decolonial ainda em estágio inicial.

No Curso de Serviço Social da UFF Campos, que tem 60 anos, a disciplina "Questão racial e Serviço Social" foi inserida como obrigatória apenas em 2023.1, evidenciando o silenciamento histórico das discussões raciais e invisibilidade na trajetória da formação em serviço social. Esse cenário sublinha a necessidade urgente de revisão curricular nos cursos de serviço social no Brasil, pois apesar da orientação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre a necessidade de inclusão da disciplina étnico

racial nos currículos de formação em serviço social, nem todas as Universidades ainda fizeram a inclusão de disciplina obrigatória em seus cursos de serviço social, para avançar em direção a uma abordagem mais representativa e decolonial.

Em suma, na universidade é importante intelectualizar pessoas negras e valorizar suas epistemes, seja pela via do acesso teórico nos componentes curriculares, seja pela via do endurecimento corpóreo e intelectual docente das instituições de ensino superior brasileiras (PINHEIRO, 2023, p. 85).

Portanto, é imperativo que as Universidades brasileiras revisem e ampliem seus currículos para incluir de forma mais adequada os autores e temas raciais negros. Esta mudança não apenas enriquecerá a formação acadêmica, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e equitativa, refletindo a verdadeira diversidade e complexidade da experiência humana.

Para aprofundar a compreensão das experiências de racismo vividas pelos estudantes dentro da universidade, a segunda questão investigou se os alunos já vivenciaram ou presenciaram situações de racismo e que compartilhassem suas experiências:

Eu me considero uma pessoa branca. Então não, eu só escuto falas como, por exemplo, no caso de uma aluna da UFF [...] ela sofreu, assim, de diversas formas, racismo [...] Ela fez uma carta aberta falando de um trabalho [...] centro acadêmico, sabe? Iria promover uma festa nesse ambiente que ela tinha acabado de abrir uma carta falando sobre isso e promover uma festa lá. Então, tipo assim, como é que essa questão reverbera, tá ligado? Dentro da faculdade? A atitude propriamente da faculdade, no caso de um centro que era para acolher, se compactua, entre aspas, levando novos estudantes para onde ela sofreu diversas coisas. (D1).

Então, eu nunca vi. Mas eu já escutei vários relatos de pessoas falando em debates em sala de aula (D2).

Olha, que eu esteja envolvido não, mas a gente sempre escuta, que às vezes acontece. Não assim, de forma explícita, mas a gente sabe que implicitamente ou via redes sociais (D3).

A análise das experiências de estudantes e funcionários negros na universidade revela desafios que vão além das dificuldades acadêmicas e administrativas, frequentemente relacionados ao preconceito racial, à integração social e ao suporte institucional. A questão é: Como essas experiências refletem esses desafios específicos no ambiente universitário?

Eu acho que hoje estou aqui pensando. Não que a gente tenha resolvido de forma alguma. Acho que está longe da gente resolver. Mas eu vejo hoje a universidade como muito mais democrática nesse quesito do que alguns anos atrás. Principalmente pela implementação das ações afirmativas das cotas (T1).

A cidade é violenta e tem uma forte marca escravocrata, e a UFF não é uma exceção, estando integrada à estrutura racista da cidade. Há uma clara divisão entre Campos e Guarulhos, evidenciada pela desigualdade e segregação. A cidade, dividida pelo rio, e a UFF refletem o racismo institucional e político, que não é apenas uma questão de falta de informação, mas uma política intencional que sustenta o poder e a exclusão. Apesar dos esforços antirracistas, a mudança estrutural é limitada. A segregação social e racial é perpetuada pela cidade, com recordes de trabalho escravo, e a resistência é insuficiente frente à persistente desigualdade

[...] Temos alguns focos de resistência, mas institucionalmente ainda temos muito para lutar (P1).

A única coisa que posso dizer com uma grande alegria é que, a cada vez que entro em sala de aula, me deparo com um número crescente de alunos e alunas negras [...] Com o passar do tempo e com a política de cotas, e todo esse processo, isso melhorou muito (P2).

As respostas fornecem uma visão crítica sobre a experiência e percepção do racismo na universidade. Discentes como D1, D2 e D3 relatam pouca experiência direta com racismo, mas reconhecem a presença de discussões e relatos sobre o tema em debates acadêmicos, sugerindo que o problema pode ser mais disfarçado e implícito. O T1 reconhece os avanços significativos nas ações afirmativas e a maior democracia na universidade, mas também destaca que desafios persistem, com a estrutura institucional e práticas racistas ainda enraizadas, refletindo a desigualdade e segregação presentes na cidade e na universidade.

É uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2019, p. 112-113).

A análise de Almeida (2019) argumenta que a desigualdade racial é uma manifestação das estruturas do capitalismo, historicamente moldadas pela escravidão, e que o racismo se adapta às novas fases da acumulação capitalista, assumindo formas disfarçadas de indiferença à igualdade racial. Entre P1 e P2, P1 critica o racismo institucionalizado e a persistente segregação racial na universidade, enquanto P2 celebra melhorias na inclusão racial, como o aumento de alunos negros devido às políticas de cotas.

A percepção dos estudantes sobre as políticas de igualdade racial é crucial para avaliar sua eficácia e identificar áreas de melhoria. A seguir, são apresentadas as opiniões e sentimentos dos discentes sobre essas políticas e práticas.

Então igualdade é uma palavra muito forte de se falar, né? Poxa, mas da universidade, assim, a única coisa que eu penso à primeira vista é a política de cotas, né? [...] Acho que é um ponto de partida. (D1)

Tem grupos na universidade, mas eu não vejo a universidade fazer nada por isso. [...] Foi a única disciplina que eu lembro de ter tratado esse tema, mas não muito. (D2)

Desde o ano passado para cá, eles melhoraram em alguns aspectos, como 50% das bolsas para alunos negros e para quem tem dificuldades financeiras. [...] Com certeza precisa melhorar, mas está seguindo o caminho. (D3)

A literatura sugere que práticas institucionais e estruturas organizacionais podem manter desigualdades raciais. Para explorar isso na universidade, foi perguntado aos T1, P1 e P2 sobre estruturas ou práticas que possam perpetuar o racismo.

Recebemos casos de professor-aluno de racismo e de aluno para com aluno. (T1)

Nosso coletivo racializado enfrenta diversas intervenções na universidade que buscam enfraquecer ou destruir. Lutamos para permanecer, apesar de a universidade e a cidade serem ambientes violentos e hostis. Situações de discriminação ocorrem frequentemente, como a resistência a músicas africanas e a desvalorização dos eventos promovidos por coletivos negros, inclusive por membros de coletivos de esquerda brancos. Essas atitudes refletem uma visão que sugere que estudantes negros não deveriam estar na universidade, apesar de alguns pontos de apoio e acolhimento existentes. A universidade parece refletir e perpetuar as violências e segregações presentes na sociedade. (P1)

Acredito que o racismo é perpetrado a todo instante, em todos os lugares, não só dentro da universidade, mas em qualquer lugar. [...] Existe um certo cuidado de todos para promover uma mudança de mentalidade e de práticas. (P2)

A análise das respostas revela uma visão diversificada sobre a igualdade racial e a presença de práticas racistas na universidade. Há um reconhecimento das políticas de cotas e bolsas como avanços, mas também uma percepção de que são insuficientes e que a universidade não promove inclusão de forma abrangente (D1, D3). Há críticas à falta de ação efetiva e à desvalorização dos esforços voltados para a questão racial (D2, P1). O consenso é que a Universidade não está isenta de práticas e estruturas que sustentam o racismo estrutural (P2, T1, P1). Esses resultados coincidem com a literatura, como os estudos de Pinheiro (2023), que destacam a importância da representatividade para o sucesso acadêmico e como modelos de papel e mentores com identidades raciais semelhantes podem melhorar a experiência e a retenção acadêmica.

Para entender as dificuldades dos estudantes negros, foram questionados sobre os principais desafios enfrentados. A seguir, estão as respostas refletindo suas experiências e percepções sobre os obstáculos no ambiente acadêmico.

São diversas dificuldades, desde seu território onde ele se coloca como pessoa. [...] E acho que há sempre uma suficiência política na esfera da faculdade para manter essas pessoas aqui? Acho que não. Atualmente, acho que não. (D1)

Acho que a população negra tem menos acesso a entrar na universidade, por mais que tenha a questão das cotas. [...] De um modo geral, você vê que os cursos de elite, às vezes, têm uma pessoa negra em uma turma inteira. (D2)

A nossa base no ensino fundamental e médio é 'paia'. [...] O fato de você já entrar com esse aspecto, já é um dificultador. (D3)

Para avaliar a eficácia das iniciativas de igualdade racial e diversidade étnica, foram questionados T1, P1 e P2 sobre sua percepção dessas ações. A seguir, estão as avaliações fornecidas sobre as políticas e práticas da universidade relacionadas à diversidade racial.

Eu vejo uma acomodação muito grande no fato de que as ações afirmativas, a lei foi um grande avanço, e aí o que eu vejo é que parece que as universidades se acomodaram com aquele avanço ali. (T1)

O principal problema da universidade é a falta de reflexão sobre questões raciais. Para uma verdadeira inclusão, é necessário reformular o currículo com 70% de autores afro-indígenas e

adotar uma política de contratação de professores que garanta uma representação equitativa de 50% de docentes negros e indígenas. A universidade deve integrar temas raciais em todas as disciplinas e melhorar políticas práticas, como o horário de transporte, para apoiar estudantes negros e pobres. Atualmente, a desconexão entre a universidade e a realidade dos alunos reflete a necessidade de um compromisso mais profundo com a justiça racial. (P1)

Eu vejo com bons olhos muitos movimentos e grupos, tanto coletivos quanto núcleos de pesquisa. [...] Diversos professores já incorporam esse tema como central ou, se não como tema central, pelo menos como parte da perspectiva da interseccionalidade. (P2)

A análise revela desafios significativos enfrentados por estudantes negros e críticas às iniciativas da universidade para promover a igualdade racial. As dificuldades incluem base educacional deficiente, desigualdade econômica e falta de suporte contínuo (D1, D2, D3). As políticas de cotas e bolsas, embora progressivas (T1), são vistas como insuficientes. A principal deficiência é a ausência de uma reformulação curricular que integre perspectivas afro-indígenas e a falta de uma política de contratação equitativa para docentes negros e indígenas (P1). Para uma inclusão efetiva, a universidade deve adotar uma abordagem estrutural e abrangente, revisando suas práticas e políticas para garantir uma educação verdadeiramente representativa e inclusiva, além de apoiar os estudantes de forma significativa. Embora haja movimentos tentando abordar essas questões, as ações ainda são consideradas insuficientes (P2).

Para melhorar a representatividade e inclusão de estudantes negros, foram solicitadas sugestões aos discentes. A seguir, estão as propostas e opiniões dos alunos sobre possíveis melhorias na promoção da inclusão e da representatividade racial na universidade.

Eu acho que a escuta, principalmente. [...] Essa escuta, esse espaço aberto para se falar, sabe? [...] Os coletivos trazem essa perspectiva para todo mundo, né? De é um espaço para todos ouvirem. (D1)

Eu acho que os professores deveriam debater mais esses temas em aula, de repente, até ter uma disciplina voltada só para essa questão [...] promover mais rodas de conversa, fazer mais folders informativos dentro da universidade. (D2)

Reforçar as políticas de ação afirmativa [...] e, se possível, os professores procurarem ver se há alguns referenciais teóricos de pessoas negras para poder trazer um ambiente mais equitativo. (D3)

Para entender o papel dos funcionários na criação de um ambiente acadêmico inclusivo e antirracista, T1, P1 e P2 foram questionados sobre suas percepções e responsabilidades. A seguir, estão suas opiniões sobre como contribuir para um ambiente universitário mais inclusivo e livre de racismo.

O nosso papel é, em primeiro lugar, a gente sempre ter conhecimento das leis que amparam a população negra, sejam elas das ações afirmativas ou dos direitos também. [...] Trazer essa discussão para o ambiente acadêmico não é só responsabilidade dos docentes. É uma responsabilidade também dos técnicos administrativos. (T1)

O papel crucial que não existe? Ou existe muito pouco, né? [...] Você dizer que numa universidade que tem 200 trabalhadores, 20 fazem alguma coisa, é muito pouco. (P1)

Eu acredito que todos, de alguma forma, compartilham a consciência de que é necessário enfrentar o racismo estrutural. [...] Mas acho que existe uma consciência por parte dos servidores de fazer o melhor possível. (P2)

As respostas indicam consenso sobre a necessidade de melhorias para a inclusão e representatividade de estudantes negros, com sugestões como ouvir mais as demandas dos alunos, aumentar debates sobre questões raciais, implementar disciplinas específicas e fortalecer políticas afirmativas (D1, D2, D3). A inclusão de perspectivas negras e um ambiente mais equitativo foram considerados essenciais. Quanto ao papel dos funcionários, reconhece-se a importância dos técnicos administrativos na promoção de um ambiente inclusivo e antirracista, mas há críticas sobre a efetividade e a presença real de suas ações (T1, P1, P2).

Para avaliar a receptividade a discussões sobre questões raciais, foram perguntados aos discentes sobre o espaço para conversas abertas e construtivas sobre o tema. A seguir, estão as respostas dos alunos sobre a atual abertura para debates raciais na universidade.

Eu acho que a cara do espaço assim poderia vir mais vezes, sabe? E mais rodas, mais espaços, mais ensinamentos. (D1)

Não, eu acho que tem mais alunos do que coordenação e professores. (D2)

A gente poderia trabalhar com isso durante todos os períodos. [...] A gente sai da universidade não só apto a ser profissional, mas também apto a ser um cidadão melhor. (D3)

Para identificar medidas eficazes contra o racismo institucional, foram questionados T1, P1 e P2 sobre ações a serem implementadas. A seguir, estão suas sugestões e perspectivas sobre como enfrentar e reduzir o racismo institucional na universidade.

Publicizar esses direitos e levar ao conhecimento de toda a comunidade acadêmica é uma estratégia para a implementação do combate à desigualdade e a possíveis práticas de racismo. (T1)

A questão central não é apenas a implementação de cursos ou treinamentos antirracistas, mas a real disposição para abrir mão de privilégios e fazer mudanças estruturais profundas. A pergunta fundamental é quem de fato está disposto a abrir mão de seus privilégios para promover essas mudanças. Se a resposta for nenhuma, tudo que se fizer será apenas um adereço. Não basta inserir autores afro-indígenas na bibliografia ou promover eventos antirracistas; é crucial garantir a redistribuição de recursos, a contratação paritária de docentes e a valorização de conhecimentos não europeus na academia. A universidade precisa ir além das práticas superficiais e integrar uma abordagem descolonial, reconhecendo e incorporando saberes e métodos de diversas comunidades. Sem essas mudanças estruturais e um compromisso genuíno, a universidade continuará a reproduzir desigualdades e manter uma estrutura que não contribui para uma transformação social efetiva. (P1)

É necessário encontrar um ambiente onde essas pessoas possam falar sobre seu lugar e suas demandas. (P2)

As respostas indicam uma necessidade crescente de enfrentar o racismo institucional na comunidade acadêmica. Há consenso sobre a importância de criar mais espaços de

discussão sobre questões raciais e aumentar a participação de coordenadores e professores nessas conversas. D1 sugere a criação de mais rodas de conversa e eventos diversos; D2 observa a falta de engajamento dos responsáveis; e D3 defende a integração contínua de práticas antirracistas ao currículo.

T1 destaca a necessidade de divulgação e conscientização sobre os direitos dos alunos, enquanto P1 questiona a disposição real para mudanças estruturais, sugerindo que a transformação deve incluir a contratação paritária de docentes e a valorização de saberes afro-indígenas. P2 enfatiza a criação de um ambiente onde as experiências e demandas das minorias sejam respeitadas e ouvidas.

A análise revela que, embora existam esforços e políticas para melhorar a inclusão, ainda persistem barreiras significativas que refletem estruturas históricas e sociais profundamente enraizadas. A efetividade das políticas de ação afirmativa é variada, e a necessidade de uma abordagem mais robusta e inclusiva é clara. Transformar as universidades em espaços verdadeiramente equitativos exige um esforço contínuo envolvendo políticas públicas eficazes, conscientização institucional e engajamento da sociedade civil.

Considerações finais

A análise dos desafios enfrentados pelos estudantes negros/as na Universidade revela a persistência de obstáculos estruturais e culturais que perpetuam a desigualdade racial. O ambiente acadêmico muitas vezes reflete as tensões e violências da sociedade, apresentando-se hostil e discriminatório. A resistência a expressões culturais e a desvalorização das iniciativas de coletivos negros evidenciam uma marginalização da presença desses estudantes na instituição.

Experiências relatadas pelos discentes destacam que os desafios vão além da simples admissão, envolvendo uma base educacional deficiente, desigualdade econômica e falta de suporte contínuo. As políticas de igualdade racial, como as cotas e bolsas, são reconhecidas como importantes, mas insuficientes. Há uma necessidade clara de uma abordagem mais abrangente e estruturada para superar essas limitações.

Críticas apontam a ausência de uma reformulação curricular profunda e a falta de uma política de contratação equitativa de docentes. A Universidade deve integrar perspectivas afro-indígenas em seu currículo e garantir uma representação paritária de professores negros e indígenas para promover a justiça racial. Sem essas mudanças estruturais, a universidade perpetua um status quo que marginaliza e exclui, em vez de promover uma inclusão verdadeira.

Para enfrentar esses desafios, diversas sugestões foram apresentadas pelos discentes. Destaca-se a importância de ouvir mais as demandas dos estudantes, criar mais espaços para debate e aprendizado, e integrar questões raciais nas disciplinas. Além disso, é fundamental fortalecer as políticas de ação afirmativa e incluir referências teóricas de pessoas negras no ambiente acadêmico.

O papel dos funcionários também é crucial na promoção de um ambiente inclusivo. Técnicos administrativos e docentes devem estar cientes das leis que protegem a população negra e trazer essas discussões para o ambiente acadêmico. No entanto, é necessário um comprometimento real com as mudanças, que vai além de cursos ou treinamentos antirracistas e envolve a disposição para abrir mão de privilégios e fazer transformações estruturais.

A criação de mais espaços para discutir questões raciais é essencial. Ampliações de rodas de conversa e eventos de aprendizado, bem como a integração contínua da abordagem antirracista ao longo do curso, são propostas que visam preparar os alunos para o mercado de trabalho e para uma cidadania consciente e engajada.

Em síntese, transformar a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo exige um esforço contínuo e colaborativo. Políticas públicas eficazes, conscientização institucional e engajamento da sociedade civil são fundamentais para garantir que as mudanças propostas sejam efetivas. A universidade deve adotar uma abordagem estruturada para enfrentar as desigualdades raciais, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua raça ou origem, tenham a oportunidade de prosperar e contribuir para uma transformação social significativa.

Os principais resultados indicam que a representatividade de autores e temas raciais nos currículos é insuficiente, e que os estudantes negros enfrentam barreiras como falta de recursos financeiros, discriminação racial e precariedade de infraestrutura. Essas dificuldades contribuem para a alta evasão e o baixo desempenho acadêmico. Embora as políticas de inclusão tenham ampliado o acesso, são necessárias intervenções mais eficazes para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes negros. Revisar as políticas de inclusão e garantir suporte contínuo são passos fundamentais para promover um ensino superior verdadeiramente inclusivo.

Referências:

COSTA, Emilia Viotti da. A abolição. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora

Filhos da África, 2018. p. 321-334. (Publicado originalmente em Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, no 92-93, p. 69-82, jan./jun.1988).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça. Brasília: 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 01 ago. 2024.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, Volume I, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MUNANGA, Kabengele. Negritude – usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Notas

***Thiago Ribeiro de Souza**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes/ RJ.

E-mail: ribeirothiago@id.uff.br

ORCID: 0009-0000-2081-8289

****Ana Claudia de Jesus Barreto**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/ Campos e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça (NEPER/UFF). Organizadora das coletâneas: A crise sanitária da Covid-19 e a população negra, quilombola e indígena: necropolítica e resistências e Serviço Social e Questão Racial: por uma formação profissional antirracista.

Endereço de E-mail: acjbarreto@id.uff.br

ORCID: 0000-0003-4493-1889

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 26-09-2024 – Aprovado em: 20-11-2024 – Publicado em: 29-12-2024.